

A busca de uma nação mais justa

Esta é a íntegra do pronunciamento do ministro Dílson Funaro:

"Sr. presidente. De acordo com determinação de Vossa Excelência, nós, a área econômica do governo, temos trabalhado no sentido de ajustar a tributação no nosso País às premissas enunciadas pelo senhor.

Como Vossa Excelência citou, normalmente do Imposto retido na fonte, uma parte era imposto aos cidadãos e uma grande parte era um financiamento para o déficit público nacional. As mudanças que foram feitas nesse projeto, senhor presidente, eram no sentido de imediatamente permitir que a população apenas pagasse seu Imposto de Renda na fonte como cidadão e terminasse essa fase de empréstimos dos assalariados à União. Nós estamos conseguindo então que, para os salários mais baixos, até cinco salários mínimos, existisse isenção de Imposto de Renda. A partir de seis salários mínimos, na fonte, há uma diminuição de 75% do imposto arrecadado até hoje e assim seguidamente às taxas, até as taxas mais altas, que chegam a cem salários mínimos, que continuarão tendo uma redução na fonte de 25%. Apenas a isenção de cinco salários mínimos e a isenção de um cidadão que teria, com sete salários mínimos, mas que tivesse três dependentes podia estar isento também, ajudaria um milhão e trezentas mil pessoas a ficarem isentas desse imposto no nosso país, que é a faixa mais baixa de renda.

O Imposto de Renda de pessoa jurídica, nós não tivemos aumento de tributação, senhor presidente. Nós fizemos antecipação de receita, o que representa um custo para as empresas. Nós seguimos exatamente a orientação de vossa excelência no sentido de não permitir que qualquer medida dessa pudesse refletir no processo de desenvolvimento da nossa Nação. Exatamente por isso foram tomadas medidas, no mesmo projeto, no sentido de depreciação acelerada de equipamentos e da permissão de que os prédios das empresas fossem vendidos sem Imposto de Renda para capitalizá-las. O que são duas medidas que fortalecem o espírito e a vontade de desenvolvimento do povo brasileiro. No que se refere ao mercado de capital, sr. presidente, a Bolsa de Valores do mercado primário e secundário, que normalmente a maioria dos países taxa como ganho de capital, uma parte desse rendimento, nós achamos que ainda o Brasil precisa diminuir a intermediação financeira tão alta e que se desajusta em termos de competitividade internacional. Portanto, nesse setor, o mercado primário e secundário não foi taxado. Fizemos uma pequena taxa no open marketing, no mercado a termo, no mercado de opção, no mercado futuro. Tenho absoluta consciência, sr. presidente, que nós da área econômica examinamos todas as premissas colocadas desde o primeiro momento e temos convicção de que nenhuma dessas medidas poderia atrapalhar o investimento tão necessário ao nosso país para manter esse crescimento permanente. Nas medidas de corte de gasto eu apenas acrescentaria, com a sua permissão, que há uma redução de déficit extremamente importante com a redução de juros que foi implantada em seu governo.

Nós estávamos vivendo um crescimento da dívida interna real, na base de 60%, o que é impossível de se manter numa economia de um país com orçamento equilibrado, com crescimento da dívida interna da forma como nós estávamos tendo. E, pior do que isso, sr. presidente, um serviço sobre a dívida, um juro sobre essa dívida, nos níveis mais altos do mundo. Só a redução de juros entre o que está na peça orçamentária e o que nós estamos prevendo para o ano que vem é uma redução de 35 trilhões de cruzeiros, no orçamento, na queda do déficit público. As medidas sociais que Vossa Excelência detalhou, sr. presidente, e acredito que tenha, elas se complementam dentro do processo das medidas fiscais. Nenhum país pode sobreviver sem imaginar que no final do século XX, como Vossa Excelência nos disse, pudesse conviver com a miséria absoluta. Nós tínhamos que reformular os programas de investimento e assim foi feito para que este país realmente pudesse ser uma grade nação e uma nação mais justa".